

## **A queda do hífen: história, política e clínica Capítulo 8**

Maria Inês Assumpção Fernandes

Ianni Régia Scarcelli

Se, como afirmado em diferentes momentos históricos e por diversos autores, a psicologia social constitui uma matéria híbrida, situada num ponto de confluência de várias áreas – psicologia, sociologia e antropologia – a problemática específica que estudamos inscreve-se e se define como campo dos limites, das fronteiras e das demarcações, dos filtros e das passagens.

Assim, tendo como terreno os limites e fronteiras, trabalhamos com os espaços e formações intermediários, figura de mediação. Isto quer dizer que, ao operar nesse meio, estamos inseridos numa investigação sobre “o conflito ingênito entre o diferido e o imediato, entre o contínuo e o descontínuo, entre o terror e o pensamento” (CHOUVIER et al., 2012, p. 12).

Tendo como pano de fundo essas questões, dois caminhos de pesquisa têm sido percorridos no Lapsó. Um deles investiga os processos psíquicos e sociais tendo como horizonte as decorrências técnicas e o foco nas práticas institucionais e políticas. O outro investiga elementos para uma construção metapsicológica no seio da psicanálise, que se volta para a investigação do sujeito como sujeito do vínculo e dos grupos; portanto, uma investigação sobre os processos psíquicos intersubjetivos.

Tanto num caminho como no outro, o grupo tem sido o lugar privilegiado para a investigação e compreensão desses processos psico-sociais.

Assim, neste trabalho, refletiremos sobre este percurso e suas consequências para o desenvolvimento da pesquisa sobre dispositivos de intervenção clínica nas instituições. Neste trajeto, coloca-se em debate, fundamentalmente, como há pouco mencionamos, uma concepção de sujeito. Os conceitos de vínculo, mundo interior, realidade histórica, realidade psíquica e alianças inconscientes são objeto de reflexão.

## 8.1 As marcas de uma história

Há exatamente quarenta anos, a situação política na América Latina era de extrema violência. A transição de um regime totalitário à democracia implicava sobrepor-se a dificuldades de diversas ordens nos domínios jurídico-políticos e sócio-culturais. Os espaços para pesquisa nas universidades eram ameaçados. A circulação de pessoas entre países da América do Sul procurando escapar da repressão política era frequente. Da Argentina, chegaram professores e profissionais “psi”. Inicia-se, nesse período, uma troca de ideias teóricas/conceituais e políticas com impactos técnicos e de assistência nos domínios da saúde e da educação. A psicologia social de Pichon-Rivière começa um diálogo com as referências teóricas da psicanálise e das psicoterapias de grupo no Brasil. Após 1980, este diálogo reunirá as contribuições de René Kaës.

Contar esta história requer um cuidado especial quando se faz um recorte histórico e político. Isso implica a exclusão de muitos fatos. Tendo como finalidade narrar a história de um percurso teórico e sua trajetória no contexto sul-americano e fundamentalmente no âmbito de instituições de formação e de cuidado, o tecido final do texto revela-se, também, pelo seu avesso.

Abordar a situação política na segunda metade do século XX exige, também, muitos cuidados. Nos diferentes continentes, de forma diversa, a Segunda Guerra Mundial havia revelado aspectos do funcionamento psíquico até então pouco explorados. As neuroses de guerra foram intensamente investigadas a partir da chegada dos soldados combatentes em suas cidades de origem e seus efeitos tinham sido psicologicamente devastadores. Além, é claro, dos corpos mutilados, destruídos, que impediam a retomada da vida no trabalho, na família e na sociedade.

O Brasil, que sempre recebeu grandes fluxos migratórios desde o final do século XIX, acolheu novamente, durante a guerra e no pós-guerra, um grande contingente de migrantes como efeito das condições sociais e políticas da Europa, sabidamente conhecidas.

De outro lado, com a expansão econômica do pós-guerra, efeito da aceleração industrial, outras e novas situações sociais e políticas se configuravam e exigiam novas condutas. Transformara-se o campo do

trabalho, as relações familiares ficaram mais complexas, a família não mais se apoiava nos mesmos pilares, a vida emocional e afetiva exigia novas soluções.

A aceleração econômica no final dos anos 1950 havia permitido, especialmente no Brasil, a construção de um novo parque empresarial e a exigência de mão de obra implicava uma demanda por formação qualificada. Essa situação exigia uma grande transformação no sistema de regulação institucional, principalmente em educação.

No início dos anos 1960, as transformações sociais e políticas que decorreram desses anos de aceleração econômica mostravam um Brasil um pouco mais fortalecido para o enfrentamento de outras e novas mudanças sociais, à época sustentadas por ideologias de esquerda que, dentre outras, tinham a reforma agrária como a mais polêmica. Essas propostas de reforma social e política, contudo, não foram toleradas pelos setores políticos conservadores marcadamente representados pelo poder militar. Um golpe militar toma o poder em 1964 e o Brasil enfrentou um período totalitário de vinte anos.

Neste cenário, o início dos anos 1970 no Brasil (e também na América do Sul, por razões semelhantes) foi um período turbulento no que se refere às condições sociopolíticas. Os chamados “anos de chumbo” evidenciaram um processo de transição à democracia marcados pela violência do Estado. A tortura e o medo pela segurança pessoal e institucional conviviam com uma intensa atividade política clandestina. O Ato Institucional número 5 (AI 5), no final dos anos 1960, havia retirado dos cidadãos as liberdades sociais e políticas. O governo militar exercia seu poder tiranicamente. O clima geral da população era de insegurança. As atividades cotidianas eram vigiadas. Na universidade, a insegurança imprimia às relações sociais de amizade e companheirismo uma intensa suspeição. Toda atividade de pesquisa passava pelo crivo do Estado. As reuniões estudantis eram alvo de intensa vigilância. Os professores e estudantes eram perseguidos. Toda manifestação política era marcada pela repressão policial.

A universidade sofria uma “limpeza” em seus quadros funcionais acadêmicos, o que representava o afastamento de professores e a cassação de seus direitos civis. Muitos fugiam do país. Do Brasil, estudantes e professores partiam para o Chile, primeiro destino até a

queda do Presidente Allende, em 1973; ou para a Europa, sendo a França e Portugal os destinos mais comuns. Essa fuga tinha o propósito de preservar a vida e a luta política.

Esse período de maior repressão política se estendeu até, aproximadamente, 1977. A anistia política, ainda num governo militar, começava a abrir a cortina de chumbo, mas as eleições diretas para presidente só viriam no final dos anos 1980.

No que se refere à Argentina, a situação de intensa repressão mostrava um cenário de agonia social. A ditadura de 1976 havia instalado a tortura e o desaparecimento dos presos políticos e marcava o país com o terrorismo de Estado. Professores e profissionais deixavam o país. O Brasil, apesar de estar ainda sob regime militar, era destino de muitos argentinos. No final da década de 1970, muitos cidadãos argentinos, dentre eles psicanalistas e psicólogos, chegaram ao Brasil; São Paulo e Rio de Janeiro foram os destinos mais procurados, apesar de outros estados também os terem recebido, como Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

## **8.2 Uma comunidade “psi”**

Uma comunidade “psi” começa a se fixar no país e um novo diálogo se instala nesta área. A universidade, a pesquisa em psicologia no Brasil e as sociedades de psicologia em geral tinham se organizado em tempo muito recente, pois esta área como profissão tinha sido regulamentada somente em 1962. Por outro lado, a década de 1970 tinha se iniciado com uma grande reforma universitária. Esta alterava o regime de poder hierárquico dessa instituição e estabelecia novas regras para a formação em psicologia e para o exercício profissional que passou a ser regulamentado por instâncias externas à universidade.

Pela reforma universitária, iniciava-se um novo sistema educacional superior no país, que já havia sido testado no nível do ensino básico. De um lado, mudavam-se os cursos de formação para exercício profissional e se criavam os cursos destinados a pesquisadores em nível de mestrado e doutorado. De outro lado, contudo, permitia-se a criação de cursos privados de formação profissional, alinhando-se com a vertente da privatização do ensino básico, já implantado no país desde meados da

década de 1950. Havia um novo mercado a se atender. O Estado não conseguia mais acolher a demanda de formação no ensino superior.

O exercício profissional da psicologia no âmbito das instituições, até a década de 1970, alinhava-se com as intervenções do serviço social, cuja formação era muito diferente. A partir desse período e com a regulamentação da profissão de psicólogo, novas formas de intervenção são exigidas.

Do ponto de vista das abordagens teóricas, disputam espaço nesse período a formação em Psicanálise, as formações em Psicodrama e a Escola de Potencial Humano de herança norte-americana. Os trabalhos de tradição psiquiátrica não convivem bem com a recente entrada da psicologia no campo da saúde mental; e as grandes reformas psiquiátricas da Itália e França só haviam chegado ao Brasil pela via teórica, mas não se refletiam nas práticas institucionais. A análise institucional e a psicoterapia institucional surgem no debate acadêmico por meio de Foucault e Castel, em áreas como a filosofia e ciências sociais, mas não “entram em campo” quando se refere a mudanças nas práticas institucionais. Assim, nesse momento, as instituições para abrigo de menores, as escolas e os hospitais, são objeto de atenção, mas não são objeto de grande transformação.

Sob este panorama, começa o diálogo entre argentinos e brasileiros com suas heranças culturais e institucionais marcadamente diferentes.

A formação em psicanálise na Argentina tinha sido sempre observada com respeito pelos brasileiros; porém, por meio dos imigrantes argentinos, chega com força ao Brasil a proposta do Grupo Plataforma, crítica ao modelo clássico de formação/transmissão em psicanálise.

Na Universidade de São Paulo, esta vertente crítica teve força suficiente para permitir a entrada de autores que acentuavam uma perspectiva em psicologia e sobre o psiquismo que se distanciava, em parte, da compreensão clássica psicanalítica sobre a constituição do sujeito psíquico.

Enrique Pichon-Rivière destaca-se como teórico de referência. Embora tendo estado no Brasil em algumas incursões teórico-clínicas não tinha ainda ocupado um lugar de destaque no cenário teórico brasileiro. O pensamento pichoniano associava-se a uma intensa prática clínica em

hospitais psiquiátricos. Comprometia-se com uma investigação na qual a produção social da loucura e a crônica dos sofrimentos eram cotidianamente colocadas em debate. Esta perspectiva não tinha boa aceitação pela medicina psiquiátrica da época e, como decorrência, na Argentina, a consistência teórica de seu pensamento e a clínica que dela derivava tinham “praticamente desaparecido dos âmbitos universitários desde a ditadura de 1976 [...] ocultada e desvalorizada pela cultura pós-moderna que deu por caduco o pensamento dialético a partir do qual Pichon e seus seguidores produziram sua obra” (FABRIS, 2004, p. 8).

Ainda de acordo com o autor, no fim da década de 1970, o silêncio e a ignorância recaíram sobre a obra de um autor que poucos anos antes fora reconhecido como o mestre da psiquiatria argentina e sul-americana, a quem J. Lacan respeitava profundamente e H. Ey chamava de “meu grande irmão do sul” (FABRIS, 2004).

Nesses anos de 1978 e 1980, Pichon-Rivière será resgatado no Brasil. Seu pensamento crítico encontra na universidade ressonância teórica e técnica numa vertente política de herança marxista. Na Universidade de São Paulo, uma aliança entre argentinos e brasileiros se constrói e se fortalece, garantida por linhas de pesquisa em psicologia social, nome que Pichon atribuía ao desenvolvimento de sua abordagem teórica em psicologia. Sua obra *Da psicanálise à psicologia social*, com textos escritos entre 1934 e 1977, permitiu-lhe um processo de elaboração teórico-clínico no qual, assentado em fundamentos filosóficos da dialética histórico-materialista, constrói seu objeto teórico, o vínculo, incluindo nesse objeto uma concepção de sujeito social e histórico. Afirmava Pichon que sua teoria da saúde e da doença mental centrava-se no estudo do vínculo como estrutura.

Para termos um balizamento de seu pensamento, ou seja, dos fundamentos de seu ECRO (esquema conceitual referencial e operativo), sua *Weltanschauung*, faz-se uma exigência: cruzar as fronteiras teóricas e pagar o preço de alfândega, como diria Kaës. O preço implica o reconhecimento do que não pode ser aceito no estrangeiro e deve ser banido ou aceito sob restrição. Este foi um desafio para Pichon.

Nessa ultrapassagem de fronteira, a psicologia social de Pichon não pode mais sustentar a teoria das pulsões que havia apoiado sua prática clínica

de 1940, a partir de um enfoque freudiano, até 1954, já com enfoque kleiniano.

A partir de 1955/1956, não mais voltará a utilizar estes conceitos ou o fará com a intenção de questioná-los. Esta crítica e abandono são simultâneos à inclusão dos conceitos de “processo em espiral dialética”, “vínculo” e “necessidade”. As razões para estas mudanças implicam diferenças na concepção de desenvolvimento psíquico, de um lado, e, fundamentalmente, “o papel determinante – e não condicionante ou desencadeante – que ele atribui à interação com o outro, que não mais é somente o outro simbólico mas o outro concreto” (FABRIS, 2004, p. 114).

O alcance desta nova proposição é produto de um complexo processo de elaboração apoiado em fatores ideológicos e metodológicos essenciais: o método dialético, a epistemologia convergente e a interrelação teórico-prática, sendo a tarefa concreta a referência e o objetivo permanentes (ROSENTHAL, 1983, p. 19).

Pichon propõe, de fato, uma Teoria Geral da Conduta, na qual faz uma conexão genética entre necessidade e vínculo. Entende que a necessidade experimentada e/ou exteriorizada como demanda de satisfação é produto de uma carência concreta de natureza material intrinsecamente ligada a uma vivência de perda objetal. Nesta medida, a satisfação da necessidade implica a apreensão material indissolavelmente ligada à do objeto. Articulam-se aqui a percepção e a ação específica destinada a resolver, mediante uma intervenção externa, a demanda e sua carência ou perda implícita. Assim, por meio da interação, aperfeiçoam-se as funções de percepção e seu ajuste à instrumentalização operacional da demanda ou busca de satisfação de dupla fonte e objetivo. A satisfação da carência implica a negação automática dela e a correlativa possessão onipotente de um objeto ou vínculo ideal ilimitadamente gratificante. Esta seria a essência da satisfação alucinatória (alucinação primária), na qual simultaneamente se satisfaria a necessidade de posse (apreensão) do objeto.

De acordo com Pichon, provavelmente a alucinação primária seja a mais primitiva representação vincular, gestada e registrada no nível somático correspondente aos estágios iniciais da organização bio-psico-social (ROSENTHAL, 1983, p. 24).

Esta seria a base da aprendizagem, ou seja, da aquisição conceitual da diferenciação e do re-conhecimento da realidade sujeito-objeto-contexto. Estaria aqui, expressa de forma sucinta, a concepção de Pichon acerca da gênese e organização operacional da conduta, ou seja:

A percepção da realidade inclui indissoluvelmente, a carência material e a perda vincular e é o resultado natural delas [...] Isso determina que o objeto externo é, situacionalmente, ora gratificante ora frustrante; portanto buscado ou recusado, ambivalentemente (ROSENTHAL, 1983, p. 25).

Tal formulação teórica implica várias questões. Como o interno se faz externo e o externo se faz interno? E mais:

De que maneira uma ordem histórico social e suas diversas mediações institucionais, grupais e vinculares – consegue inscrever-se nos sujeitos, criar e modelar suas representações psíquicas e suas condutas. Que mecanismos específicos operam como articuladores do objetivo do mundo e do subjetivo das representações psíquicas (mundo interno). Como o intersubjetivo se faz intrasubjetivo e o inverso? (FABRIS, 2004, p. 110-111)

Vemos, então, que em Pichon e, consonante com sua filiação epistemológica, o intersubjetivo é abarcado pela categoria de interação ao inscrever o sujeito na ordem das relações concretas. O objeto teórico de sua teoria, o vínculo, “designará as relações reais, a ação concreta do outro e sua eficácia na configuração da conduta do sujeito mas, também, a modalidade de relação com seus objetos internos” (FABRIS, 2004, p. 108).

Este conceito procura instalar uma ruptura com as ideias clássicas e fundamentais da psicanálise ao acentuar a unidade entre o subjetivo e o objetivo como polos de uma contradição cuja unidade remete a um processo de construção/ transformação intrínseco a ela.

Consoante ainda com essa filiação, a dimensão intrasubjetiva será definida como a crônica interna da realidade externa, na qual ocorre uma passagem fantasiada do fora ao dentro e, como decorrência, discutirá a fantasia inconsciente como um “projeto ou estratégia totalizante de uma

ação sobre a base de uma necessidade” (PICHON-RIVIÈRE, 1975, p. 42). Nesta construção, vemos que o domínio da fantasia inconsciente deve ser considerado como a interação entre objetos internos (grupo interno) em permanente inter-relação dialética com os objetos do mundo exterior.

Essa passagem do fora ao dentro dirá respeito ao fato de que a “apropriação da realidade externa não é totalmente objetiva, já que o conhecimento é um processo de aproximação infinito ao real e, além disso, há o trabalho de mecanismos defensivos que operam um grau de distorção da leitura do real” (FABRIS, 2005, p. 109).

Esta definição de fantasia sublinha a concepção materialista da relação entre o objetivo e o subjetivo, ou seja, acentua que a interiorização sempre teve existência prévia no mundo externo; e assinala o caráter motivacional, situado e intencional do processo de internalização, pelo qual se configura, em cada aqui e agora com o outro, o mundo interno, agora nomeado grupo interno.

“O grupo interno é uma maneira de visualizar e conceituar – em um sentido funcional – o psiquismo humano. Trata-se de um repertório de estruturas vinculares organizadas em uma unidade que as torna coerente”; uma concepção de psiquismo determinado e imerso no contexto sociocultural que constitui o habitat humano; habitat que se presta melhor a um modelo dramático (ARBISER, 2013, p. 124).

Os efeitos desse pensamento no âmbito das instituições revolucionam o campo das práticas e definem o objeto de estudo dessa psicologia social como sendo o desenvolvimento e transformação de uma relação dialética que se dá entre estrutura social e fantasia inconsciente do sujeito, assentada sobre suas relações de necessidade. Dito de outra maneira, “a relação entre estrutura social e configuração do mundo interno do sujeito, relação que é abordada através da noção de vínculo” (PICHON-RIVIÈRE, 1975, p. 206).

Desta psicologia social, configura-se o novo instrumento de trabalho: o grupo operativo. O grupo é o instrumento privilegiado de investigação e acesso ao sujeito, pois permite a “indagação do interjogo entre o psicossocial (grupo interno) e o sociodinâmico (grupo externo/dimensão intersubjetiva) por meio das formas de interação e dos mecanismos de atribuição e assunção de papéis” (PICHON-RIVIÈRE, 1975, p. 206). O

caráter instrumental do grupo é efeito dessa orientação em direção a uma práxis pois, para Pichon, “a práxis introduz a inteligibilidade dialética nas relações sociais e restabelece a coincidência entre representações e realidade” (PICHON-RIVIÈRE, 1975, p. 207).

O argumento teórico apoiado neste cenário materialista dialético encontra no Brasil e na universidade, no final dos anos 1970, agora compondo essa aliança entre brasileiros e argentinos, um terreno fértil. A abertura política no país, embora ainda permanecesse sob o domínio militar, havia permitido a volta dos exilados políticos por volta de 1977 e intensas manifestações políticas emergiam – dentre elas, a de trabalhadores na área de saúde mental. Assim, temos:

No campo político, uma nova configuração de forças sociais se inicia. Os movimentos sociais ganham espaço político e institucional. As práticas nas instituições de cuidado se alteram. O trabalho com os grupos nas instituições se amplifica e ganha sustentação teórica e instrumentos técnicos.

No campo teórico, retoma-se a reflexão que, a partir do pós-guerra, principalmente na Inglaterra, havia gerado os debates sobre o campo da prática psicanalítica e reclamado outra compreensão sobre o sujeito psíquico e suas relações. Os conceitos de realidade material, realidade social e realidade psíquica exigiam novas reflexões.

O grupo e seu funcionamento tinham adquirido, a partir do entendimento das propriedades do dispositivo de grupo, um lugar privilegiado no tratamento de novas modalidades clínicas, por meio das quais se manifestavam as novas patologias. As investigações conduzidas por Bion e Foulkes na Inglaterra, desde os anos 1940 e 1950, e por Pichon-Rivière e Bleger na Argentina são doravante repensadas, objeto de novas reflexões, pois já fornecem modelos inovadores de inteligibilidade sobre os processos e formações psíquicas específicas das situações de grupo.

As construções teóricas que já tinham sido consideravelmente transformadas permitem, agora, que novos espaços psíquicos sejam desbravados. A compreensão sobre o processo de funcionamento dos grupos solicita maior reflexão e consistência a fim de contemplar essas novas exigências.

Nesse período de luta política, de transformação de práticas e de reflexão sobre o funcionamento dos grupos, novas alianças teóricas são feitas.

A noção de vínculo e grupo interno, modelo dramático do psiquismo, mostrava a complexidade da relação realidade externa e realidade psíquica e pedia uma outra investigação. Neste interjogo teórico, a obra de René Kaës surge abrindo outros horizontes de pesquisa com o trabalho sobre o conceito de aparelho psíquico grupal (APG) e, fundamentalmente, já na década de 1990, ampliando o entendimento do funcionamento psíquico por meio do conceito de alianças inconscientes.

Um novo diálogo entre a tradição materialista da psicologia social de Pichon- -Rivière e a psicanálise do sujeito como sujeito do grupo de René Kaës inicia-se no LAPSO (Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social), constituindo-se em mais uma de suas vertentes de estudo.

Por meio da leitura de seus trabalhos, entendemos que Kaës conhecia bem os trabalhos psicossociológicos, pois tinha elaborado reflexões sobre a problemática do sujeito nas relações de trabalho e lazer em *Images de la Culture chez les ouvriers français*. Ao aliar a pesquisa de campo com a teórica e ao formular o modelo do aparelho psíquico grupal, ele retoma a questão bioniana sobre o lugar do objeto na psicanálise; de outra forma, recolocava a questão da exigência de um discernimento sobre o objeto-grupo, o esclarecimento sobre seus efeitos, e pedia uma articulação sobre a relação entre o método e o objeto (KAËS, 2010a).

O modelo proposto de aparelho psíquico grupal procura dar conta dos processos inconscientes que estão em ação no agenciamento dos vínculos do grupo. Esta nova compreensão envolvia uma ruptura epistemológica, que podemos resumir da seguinte forma:

conceber o grupo como um sistema em tensão entre vários centros vai ao encontro de um verdadeiro obstáculo epistemológico que hesita diante da representação das relações elípticas entre a multiplicidade de lugares (foyers) "grupais" e a multiplicidade de (foyers) lugares "individuais". É nesta mudança de perspectiva que se inscreve o modelo de aparelho psíquico grupal (KAËS, 2010a, p. 5).

Segundo Kaës, esta mudança constatava que a epistemologia da psicologia social que sustentava as intervenções em grupo não podia conter a epistemologia da psicanálise por uma simples razão: a psicologia social não incluía o inconsciente.

Para nós, a trajetória, a partir daqui, instalará um campo intenso de pesquisa em torno dos conceitos capitais da psicanálise e da lógica intersubjetiva que a sustenta. Este projeto põe em destaque o programa de racionalidade pressuposto no processo psicanalítico e retoma a pergunta: qual o paradigma de racionalidade fundado na noção de intersubjetividade?

A exigência de compreensão do que se passa no estabelecimento do vínculo instalará nosso segundo vértice de pesquisa – uma investigação sobre o que inere ao vínculo. Neste caminho, pesquisa-se o processo de vinculação e as transformações que se tornam necessárias à sua constituição e consolidação pelas exigências de ligação e de continuidade entre organizações heterogêneas.

O caminho, apoiado nas contribuições de René Kaës (2010a), requer que compreendamos uma diferença no que se refere a vínculo e, em decorrência, grupo: (a) O que a psicologia social define (LEWIN, 1965) como um agenciamento particular de relações interpessoais e sociais regidas por relações de diferença e de tensões entre seus elementos constituintes; (b) O que a psicanálise caracteriza como um objeto de investimento, mobilizador de representações, que tem um papel capital no processo de construção das relações entre a realidade psíquica, a realidade social e a realidade material.

Seguir esse caminho supõe, do ponto de vista teórico, retomar a reflexão sobre a relação entre intersubjetividade e pulsão e, a partir daí, enfrentar um diálogo com o conceito de alianças inconscientes.

Em relação à questão de pulsão, Kaës a analisa na interrogação sobre os fundamentos da psique no vínculo. Nessa investigação, ele dará a ela uma grande importância no que se refere ao processo de passagem e de transformação que dará conta do conceito de apoio, pois,

se admite-se a pertinência da questão das relações entre a pulsão e o vínculo intersubjetivo, nós temos que examiná-la sob uma dupla face. De um lado, ela interroga a

especificidade de uma pulsão que estaria diretamente implicada na formação do vínculo [...] de um outro lado, ela interroga a própria formação da via pulsional na intersubjetividade (KAËS, 2015, p. 218).

Nesse percurso, pode-se ver que ele relança o debate sobre a pulsionalidade na constituição do vínculo grupal e vai sustentá-la a partir de duas proposições abordadas sob o ângulo do trabalho psíquico e das exigências que lhe são impostas pela correlação de subjetividades: uma delas diz respeito à correlação da psique com o investimento pulsional que ela recebe do objeto; a outra procede da correlação da psique com os processos responsáveis da formação do inconsciente, sob o aspecto em que esses processos dependem do conjunto subjetivo, no qual a medida de trabalho psíquico se expressa, pelas operações de co-recalque, nas alianças inconscientes (KAËS, 2010b, p. 220).

Entende-se, assim, que a questão do apoio e do encontro com a subjetividade do objeto estão no coração de suas proposições. Dessa forma, Kaës relança de outra forma a complexa questão da intersubjetividade.

Se esta questão não foi elaborada como uma problemática que se inscreveria no domínio dos objetos teóricos centrais da psicanálise, diria Kaës (1996), foi devido ao fato de que a tarefa fundadora da psicanálise dizia respeito à constituição da realidade psíquica inconsciente nos limites de um aparelho psíquico individual. Sabe-se, porém, que Freud interrogou “as condições familiares diretas e transmitidas, de geração em geração, para tentar entender a inscrição do sujeito numa cadeia; assim ele coloca em perspectiva um sujeito em sua divisão interna e em relação ao conteúdo psíquico dos vínculos que o precedem” (KAËS, 1996, p. 4).

Embora o conceito de intersubjetividade não esteja verdadeiramente constituído como um conceito psicanalítico, e isso se deve aos medos de se “deslocar o campo da psicanálise do intrapsíquico para o relacional, ou pior, em direção ao interacional” (KAËS, 2015, p. 247), deve-se reconhecer que a questão da intersubjetividade, em realidade,

coloca o problema do reconhecimento e da articulação de dois espaços psíquicos parcialmente heterogêneos, dotados cada um de conteúdos, de processos e de lógicas que

lhes são próprias [...] Ela é a estrutura dinâmica do espaço psíquico entre dois ou vários sujeitos (KAËS, 2015, p. 248).

Esta afirmação de Kaës nos reenvia a duas questões relevantes para o nosso propósito: uma delas, abordada pela psicologia social de Pichon-Rivière, refere-se ao conceito de *gestalt-gestaltung* – uma estrutura em permanente estruturação e que diz respeito à própria definição de vínculo; a outra refere-se a uma teoria que não será aquela dos fundamentos sociais do vínculo – mas permite sustentá-la – e nem aquela da psicologia da interação, e sim a que fala do desejo inconsciente, desejo do outro e do objeto de desejo do outro.

O modelo desta teoria – o aparelho psíquico grupal - supõe pensar “as relações entre os espaços do grupo, dos vínculos intersubjetivos e dos sujeitos e dar conta das continuidades, das discontinuidades e das rupturas entre os espaços” (KAËS, 2015, p. 121). Neste quadro conceitual pode-se ter uma representação “da maneira como se forma um grupo, da realidade psíquica inconsciente que aí se produz e das formas de subjetividade que aí se manifestam” (KAËS, 2015, p. 121).

Trata-se, agora, de edificar uma teoria do sujeito do inconsciente enquanto ele seja, correlativamente, sujeito do grupo e, por extensão, sujeito do vínculo enquanto espaço psíquico específico de um casal, de uma família, de um grupo e de uma instituição.

Tomar em consideração o conjunto destas proposições implica notar o papel determinante das alianças inconscientes nas modalidades constitutivas do inconsciente do sujeito. Estas alianças, que são a matéria primeira do agrupamento, estão na base da gênese e dos efeitos do inconsciente nas formações e nos processos do vínculo.

O conceito de alianças inconscientes é o operador conceitual e clínico desta abordagem teórica. Ele amplia a compreensão do vínculo como o entendíamos em Pichon Rivière.

Esta proposição de Kaës (1993) repousa na afirmação de que a negatividade está na base da construção do vínculo. Por isso, entende-se que o que vai garantir a ligação, o vínculo, são as formações psíquicas nomeadas formações intermediárias, destinadas a regular a economia psíquica da vinculação. Em outras palavras, essas formações cumprem a função da aliança – aliança inconsciente – pela qual o vínculo é garantido.

Ela tem a finalidade de garantir a retirada daquilo que impossibilitaria a manutenção do vínculo. Assim, este se constitui e se mantém pelo deixar de lado de conteúdos e processos, ou seja, pelo negativo.

A queda do hífen é a figuração desse processo. O hífen é o negativo, representando o que fica de fora na ligação entre o psíquico e o social. A negatividade está na base da ligação entre o psíquico e o social.

## **Referências**

ARBISER, S. El grupo interno. Buenos Aires: Libreria Paidós, 2013.

BLEGER, J. Temas de Psicología: Entrevista y grupos. Buenos Aires: Paidós, 1974.

CHOUVIER, B. et al. Les processus psychiques de la médiation. Paris: Dunod, 2012.

FABRIS, F.; GALIÑANES, M. D. Psicología clínica pichoniana. Buenos Aires: Ed. Cinco, 2004.

KAËS, R. Le groupe et le sujet du groupe. Paris: Dunod, 1993.

\_\_\_\_\_. La parole et le lien. Paris: Dunod, 1994.

\_\_\_\_\_. Souffrance et psychopathologie des liens institutionnels. Paris: Dunod, 1996.

\_\_\_\_\_. Espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

\_\_\_\_\_. L'appareil psychique groupal. Paris: Dunod, 2010a.

\_\_\_\_\_. L'expérience du groupe. Paris: Dunod, 2010b.

\_\_\_\_\_. L'extension de la psychanalyse. Paris: Dunod, 2015.

LEWIN, K. Teoria de campo em ciência social. São Paulo: Pioneira, 1965.

PICHON-RIVIÈRE, E. El proceso grupal. Buenos Aires: Nueva Visión, 1975.

ROSENTHAL, J. C. Acerca de la teoría de la enfermedad única. Temas de psicología social, Buenos Aires, n. 5, nov. 1983.